



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13390 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DO COLETIVO AUTISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Adriana Teixeira Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DO COLETIVO AUTISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar uma pesquisa de dissertação de Mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da análise do referencial teórico construído com base na revisão de literatura. A pesquisa de dissertação visa investigar o processo de acesso e permanência de alunos com autismo na UFRJ e a ação do Coletivo Autista da UFRJ (CAUFRJ) nesse contexto. Caracteriza-se como qualitativa, do tipo estudo de caso e utiliza o grupo focal e a entrevista como ferramentas para a construção dos dados, que serão analisados através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2022). A revisão da literatura e o referencial teórico apontam para o fato de que o acesso dos alunos com autismo à universidade é ínfimo (INEP, 2022) e que a necessidade da criação do CAUFRJ indica a existência de adversidades que dificultam a permanência dessas pessoas na academia (ARMENARA; STRINGHINI; KUNKEL, 2022; CAUFRJ, 2021-). Esta fundamentação teórica permitiu construir os conceitos de autismo, acesso e permanência no ensino superior e coletivos. Espera-se, com o desenvolvimento da pesquisa da dissertação, descrever a experiência universitária desses alunos na UFRJ e as condições que favorecem os processos de inclusão/exclusão na universidade.

Palavras-chave: autismo; acesso e permanência; ensino superior; Coletivo Autista.

Introdução

Desde 2012, a pessoa com autismo é considerada Pessoa com Deficiência (PcD), de acordo com a lei nº 12.764 (BRASIL, 2012). Nesse sentido, a discussão sobre o direito das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) à educação tem sido fomentada por diversas leis e documentos que abrangem a PcD.

No entanto, apesar dos dispositivos legais, o acesso desses estudantes ao ensino superior ainda é ínfimo, como nos revela o Censo da Educação Superior 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022). Nesse mesmo contexto, os dados referentes à evasão desses estudantes são alarmantes.

Com relação à pessoa com TEA, as dificuldades não se restringem apenas à entrada dessas pessoas no cenário acadêmico, mas também em sua continuidade ali, visto que as adversidades são potencializadas pelas próprias características do autismo, o que torna a conclusão da graduação desses indivíduos uma árdua tarefa.

Nesse aspecto, na intenção de contribuir no desenvolvimento de ações que promovam a inclusão das pessoas com TEA no ensino superior, surgiu em julho de 2021, o Coletivo Autista da UFRJ (CAUFRJ), objetivando oferecer apoio às pessoas com autismo na UFRJ e contribuir para a permanência desses estudantes na academia (CAUFRJ, 2021-).

Nessa perspectiva, entendemos que, a necessidade dos universitários com TEA de criarem um Coletivo Autista na UFRJ, revela que há adversidades nesse ambiente que dificultam a trajetória acadêmica dessas pessoas. Assim, a própria existência do grupo já se configura como um movimento de resistência contra a evasão.

Dito isso, este trabalho visa apresentar os primeiros resultados da pesquisa em andamento, a partir do referencial teórico construído com base na revisão da literatura.

A pesquisa de dissertação tem como objetivo investigar o processo de acesso e permanência dos estudantes com autismo na UFRJ e o papel do CAUFRJ nesse cenário.

Pessoas com autismo no ensino superior

A Classificação Internacional de Doenças (CID-11) indica que o TEA se caracteriza pela dificuldade de comunicação e interação social, por padrões restritivos e interesses atípicos (WHO, 2021). Nesse bojo, cabe destacar que é importante identificar condições como comorbidades e alterações associadas que coexistam com o quadro de autismo (VOLKMAR;

WIESNER, 2019).

Pinto *et al.* (2021) destacam alguns desafios psicossociais experienciados por universitários com autismo como a ansiedade, depressão, medos, baixa autoestima, dificuldade de interação, assédio moral, estigmas sociais e sofrimento mental. Para Armenara, Stringhini e Kunkel (2022), uma das principais dificuldades encontradas pelo estudante com TEA no ensino superior diz respeito ao desgaste emocional, causado pela constante pressão que sofrem nesse ambiente.

De acordo com os dados do INEP (2022), o número de matrículas de pessoas com autismo na universidade tem apresentado discreto aumento nos últimos anos. Segundo o órgão, o Brasil possui o total de 8.987.120 de estudantes matriculados em cursos de graduação, destes, 63.404 matrículas foram declaradas^[1] com registro de deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD)² ou Altas Habilidades/Superdotação (INEP, 2022). Nessa vertente, apesar de diversos dispositivos legais terem impulsionado o ingresso das pessoas com autismo ao âmbito acadêmico, os autores Bandeira (2020) e Silva, S. *et al.* (2020) salientam que a entrada dessas pessoas na universidade ainda é incipiente.

Ademais, as pessoas com autismo não têm dificuldades somente no acesso à graduação, mas, para os que ingressam nessa etapa da educação, o desafio está na permanência no ensino superior. Nessa perspectiva, a taxa de evasão desses estudantes é alarmante: dos 7.846 estudantes com deficiência, TGD e/ou Altas Habilidades/Superdotação que concluíram o ensino superior em 2021, somente 336 eram referentes ao diagnóstico de TGD, grupo no qual se inseriu o autismo (INEP, 2022).

No seio dessa preocupação, nasce em julho de 2021 o CAUFRJ. O grupo conta, em primeiro post criado no Instagram, que a razão de sua criação foi motivada pela necessidade de evitar a evasão dos estudantes com autismo da universidade.

Sobre a importância da representação desses grupos minoritários nos ambientes acadêmicos e do lugar de fala na ação política, Silva e Silva (2019) afirmam que ser representado é ser visto, é a possibilidade que o indivíduo tem de ratificar sua existência. Para os autores, aquele que não é representado acaba por ser invisibilizado.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, construída a partir do referencial teórico e da revisão da literatura da pesquisa de dissertação em andamento.

A pesquisa de dissertação se caracteriza como qualitativa, do tipo estudo de caso, utilizando como técnicas de construção de dados o grupo focal com integrantes do CAUFRJ e entrevistas com o órgão responsável pela acessibilidade na UFRJ. As informações serão

analisadas através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2022).

Considerações finais

A partir do que foi pesquisado, constata-se que, apesar dos muitos dispositivos legais que asseguram o direito à educação às pessoas com autismo, o acesso dos estudantes com TEA ao ensino superior ainda é incipiente. De igual forma, a necessidade da criação do CAUFRJ aponta para a existência de obstáculos no ambiente acadêmico, que acabam por acarretar na evasão desses discentes da universidade.

Estimamos que a pesquisa nos ofereça novos indícios a respeito do processo inclusão/exclusão desses universitários, a partir dos dados advindos do grupo focal com o CAUFRJ e das entrevistas com o órgão responsável pela acessibilidade na UFRJ. De igual forma, esperamos entender e descrever a experiência universitária dos alunos com autismo na UFRJ.

REFERÊNCIAS

- ARMENARA, V. A.; STRINGHINI, D.; KUNKEL, M. E. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): manual para o professor de ensino superior**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- BANDEIRA, L. L. **Olhar de discentes com TEA e de seus docentes sobre o processo de inclusão na UNB**. 2020. 173 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39225>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: Presidência da República, 27 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 3 dez. 2022.
- CAUFRJ. **Instagram**: @coletivoautistaufRJ, Rio de Janeiro, 2021- . Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoautistaufRJ/>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- INEP. **Censo da Educação Superior 2021**. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- PINTO, B. B. *et al.* Desafios enfrentados no processo de inclusão de indivíduos com transtorno do espectro autista no âmbito universitário. **Research, Society and Development**, [São Paulo], v. 10, n. 4, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14189/12720>. Acesso em: 5 fev. 2023.

- SILVA, S. C. *et al.* Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s. l.], v. 24, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217618>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- SILVA, A. F. L.; SILVA, G. M. B. Falando a voz dos nossos desejos: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 42-56, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9156>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- VOLKMAR, F. R.; WIESNER, L. A. **Autismo**: guia essencial para compreensão e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- WHO. **ICD-11 for mortality and morbidity statistics**. Geneva: WHO, 2022.

^[1] O INEP destaca que uma mesma matrícula pode apresentar mais de um tipo de declaração.

^[2] Ressaltamos que o TGD, termo ainda utilizado no último Censo do INEP, se referia a um grupo de síndromes e transtornos. Porém, essa nomenclatura, que constava no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) e na CID-10, foi removida nas novas versões, DSM-5 e CID-11.